

# ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS “DEFENDE A DEMOCRACIA”

O PSD, através de um projeto de lei que deu entrada no Parlamento, propõe o adiamento das eleições autárquicas por um período de 60 dias por causa da pandemia. “Como é que se consegue fazer uma campanha sem poder contactar com as pessoas?”, interroga o Presidente do PSD, justificando que as autárquicas têm uma dinâmica própria, que reclama uma relação socialmente muito próxima entre os candidatos e os eleitores. Assim, as eleições decorreriam entre 22 de novembro e 14 de dezembro. Esta alteração nem seria inédita, na medida em que entre 1976 e 2005 as eleições locais sempre se realizaram em dezembro



pág. 4

## PSD

**PSD LANÇA INSCRIÇÃO NO PARTIDO COM A CHAVE DIGITAL DO CARTÃO DE CIDADÃO**

O PSD lançou, dia 15, a inscrição no PSD ou no CEN com a chave digital do cartão de cidadão ou leitor de cartão de cidadão. É o primeiro partido político português a introduzir esta inovação



pág. 5

## PARLAMENTO

**PSD ESTÁ PREOCUPADO COM O IMPACTO DOS ACORDOS DE PESCAS EUROPEUS**

Embora as embarcações nacionais não naveguem nas águas do Reino Unido, o PSD “teme por outros acordos de pescas paralelos, uma vez que as possibilidades de pesca em águas britânicas podiam ser utilizadas como ‘moeda de troca’ em outras águas costeiras”



pág. 11

## REGIONAIS

**COLIGAÇÃO PROPÕE AUDITORIA À COMPANHIA AÉREA SATA**

O PSD, CDS/PP e PPM entregaram, dia 15, no Parlamento dos Açores uma iniciativa legislativa em que propõem uma auditoria do Tribunal de Contas à situação da SATA entre 2012 e 2020



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## A CANA

O segundo confinamento geral determinou o encerramento da restauração. Metade do setor está encerrado e a outra metade, ou funciona em "take-away" ou faz às entregas ao domicílio.

Face a esta quase destruição do tecido empresarial do setor, em que muito desesperam para pagar salários, e outros tantos não têm como pagar os custos fixos e aos fornecedores, o que se esperava era que o mesmo Governo que obrigou ao fecho de portas, em contrapartida, recorresse a todos os meios de Estado para apoiar de modo efetivo a sustentabilidade destas micro e pequenas empresas e a manutenção de milhares de postos de trabalho, que se encontram em risco. Mas, pelos vistos, bem podemos esperar sentados.

A PRO.VAR, associação nacional de restaurantes, não está com meias medias e di-lo com as letras todas, acusando o Governo de enganar os empresários do setor. Afinal, os propalados apoios prometidos pelo ministro da Economia esbarram numa teia de burocracia, sem precedentes. Afinal, cerca de 50 mil empresas estão mergulhadas num emaranhado de papéis para se candidatarem a umas migalhas, que os tire do fundo do abismo em que se encontram.

"Mais dinheiro e pagamentos mais céleres", anunciava Pedro Siza Vieira, quando apresentou os apoios às empresas, face a um novo período de confinamento. Só que as semanas passam, umas atrás das outras e nem os apoios são aprovados, nem o dinheiro chega. E, pese embora, a promessa adiada, o Executivo insiste na estratégia comunicacional, de que são exemplo mensagens como "O Governo anuncia", "O Governo prepara", "O Governo avança", "O Governo vai adotar medidas". Só propaganda, que não passam das intenções e de boas intenções está o inferno cheio!

E o que mais se lamenta, é que nem numa situação tão dramática quanto esta, o Governo se liberte da guerrilha partidária. A pandemia tirou 12 milhões de turistas e subtraiu 3 mil milhões de euros de receitas ao país. Na restauração, em muitos casos, já não haverá retoma, porque para grande parte dos empresários, com a corda ao pescoço, sobrarão apenas a declaração de insolvência. A vacina já está a ser administrada, mas para muitos também não haverá segunda oportunidade. E nem o tacticismo político, nem deriva ideológica do PS resolvem coisa nenhuma. Importava mesmo era que, em vez de promessas, o Governo fizesse. E não faz.

O mesmo PS, preconceituoso, que se identifica com a esquerda que quer tirar os brasões dos jardins da Praça do Império. O mesmo PS, que acena com a bandeira das políticas sociais, mas que lamentavelmente confere prioridade a agendas dominadas por não assuntos, que os meios de comunicação potenciam, como correias de transmissão. O mesmo PS que, no auge da maior crise económica e social dos últimos cem anos, prefere a ideologia e os jardins à resolução dos problemas reais. Ridículo!

A propósito deste dislate, ocorre-me uma estória sobre a tradicional, velha e gasta dicotomia entre a esquerda e a direita, que de certo modo ilustra a diferença. Conta-se que um velho tio, conservador, terá lançado um repto à sobrinha, adolescente: "Se fosses Primeira-Ministra, qual seria a tua primeira decisão?", ao que esta terá respondido: "Daria comida e casa a todos os sem-abrigo". Os pais da adolescente, adeptos inconfessáveis da esquerda, orgulhos da resposta da filha, exclamaram: "Bem-vinda à esquerda, minha filha!". Mas para que o desafio ficasse completo, o tio retorquiu: "Louvo-te a intenção, que é generosa, mas não precisas de ser Primeira-Ministra para ajudares os sem-abrigo. Por exemplo, podes ir a minha casa cortar a relva do jardim, eu dou-te 50 euros pelo teu trabalho, que tu podes entregar ao primeiro sem-abrigo que encontrares". Ao que a sobrinha, surpreendida, respondeu: "Tio, mas por que razão não vai o sem-abrigo, ele próprio, a tua casa cortar a relva e seres tu a pagar-lhe diretamente?". E o tio respondeu: "Bem-vinda à direita!". Básico! A diferença é tão simples, como a conclusão.

O PS continua a alimentar uma esquerda que pensa e decide assim, com mais direitos que deveres, esquecendo que a verdadeira igualdade significa tratar todos da mesma maneira. Que a desigualdade social e económica se combate mais pela igualdade de direitos e oportunidades, do que a concessão de privilégios. Ou, na esteira do secular provérbio chinês: "A quem tem fome não lhe dê um peixe, mas ensina-o a pescar".

Os empresários da restauração precisam de incentivos de emergência, como de "pão para a boca" para sobreviverem, com dignidade, à pandemia e dispensam a conversa fiada da dita esquerda, do luxo escondido ou do chique radical. A História já provou à saciedade quanto vale a esta visão, simplista e alienada, das sociedades e da economia.

## RUI RIO NO PARLAMENTO

# "SE PORTUGAL É O PIOR PAÍS NO COMBATE À PANDEMIA", A RESPONSABILIDADE É DO GOVERNO



Rui Rio considera que o Governo tem estado "bem longe de cumprir aquilo que lhe é legitimamente exigível" ao combater a pandemia de forma desorganizada e sem planeamento. Rui Rio lamenta que Portugal seja atualmente "o pior do país mundo" na gestão da crise sanitária. "Se Portugal tem sido o pior do mundo no combate à pandemia, é porque quem nos governa não tem estado plenamente à altura das responsabilidades que foi chamado a assumir", criticou.

O Presidente do PSD, que discursava no debate da 11.ª renovação do estado de emergência, dia 11, no Parlamento, acusa o Governo de falhar "no planeamento da segunda vaga, o que implicou que ela praticamente se juntasse a uma terceira onda de dimensões absolutamente dramáticas". Além disso, "tardámos a confinar e, quando o fizemos, fomos arrastando as medidas de forma demasiado lenta e demasiado gradual".

O líder do PSD aponta a ausência de preparação das escolas para o ensino à distância e no arranque do plano de vacinação, "colocando demasiadas sobras na esfera de decisão de gente com fraco sentido ético". "Mantivemos as escolas abertas para lá do aceitável, sendo hoje bem claro, que elas são um dos principais focos de contágio social. Basta ver a desaceleração atual do número de contágios para se perceber o que poderíamos ter evitado, se tivesse havido mais sentido da realidade", referiu.

Rui Rio apela ao Governo para que "relegue a sua permanente preocupação com a propaganda política para os tempos de campanha eleitoral e não para este momento dramático com que os portugueses estão confrontados".

Rui Rio espera uma "correção dos erros" e o "consequente melhoramento da ação governativa", de modo a "pouparmos vidas e sofrimento aos portugueses". O Presidente dá como exemplos de melhores soluções, a necessidade de vacinação mais rápida e universal, com "muitos mais locais de vacinação do que aqueles que, neste momento, existem, o que exige uma articulação eficaz e competente com todas as autarquias".

Outra medida que o Presidente do PSD quer ver concretizada e para a qual volta a insistir é a divulgação transparente e diária do "número de cidadãos já vacinados".

RUI RIO

# ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS “DEFENDE A DEMOCRACIA”



Rui Rio defende o adiamento das eleições autárquicas por um período de 60 dias por causa da pandemia. Rui Rio caracteriza esta proposta de “equilibrada, “sensata”, “defende um valor democrático absolutamente essencial, que é dar a oportunidade a todos de poderem divulgar a sua mensagem” e que, nessa medida, o PSD a coloca em reflexão ao país com “a devida antecedência, para as pessoas começarem a pensar nisto”. O projeto de lei foi entregue, dia 12, na Assembleia da República.

Para o Presidente do PSD, o adiamento da data do sufrágio visa permitir a realização de uma campanha eleitoral em que os candidatos possam contactar com a população. “Se 70% da população já estiver vacinada a 31 de agosto, uma previsão à qual sou muito cético, e as eleições presidenciais forem marcadas para 20 e tal de setembro, só haverá 20 dias para campanha, o que me parece manifestamente pouco para umas autárquicas. Isso não é democracia e só beneficia quem está no poder”, argumenta.

Rui Rio quer a todo o custo evitar um ato eleitoral desorganizado e condicionado pela pandemia. “Relativamente às autárquicas, não precisamos de fazer à portu-  
sa. Podemos fazer devidamente planeadas e à distância. (...) A minha forma de trabalhar é planejar, é pensar as coisas a tempo e horas. Tanta gente tem criticado o Governo por falta de planeamento, vamos lá ver se esses que criticam o Governo são coerentes e aqui procuram algum planeamento para que isto não fique tudo à portuguesa. No equilíbrio destes fatores, vamos propor o adiamento das eleições autárquicas por 60 dias, ou seja, para o período entre 22 de novembro e 14 de dezembro”, precisou.

De resto, explicou Rui Rio, esta alteração nem seria inédita, porquanto desde 1976 e até 2005 as eleições autárquicas sempre se realizaram em dezembro.

De acordo com o projeto de lei do PSD, as eleições autárquicas são “muito peculiares não só no plano da dinâmica da própria campanha eleitoral, que reclama uma relação socialmente muito intensa no prisma das relações pessoais, mas também no que se refere aos próprios candidatos que, para assumirem essa função, têm necessidade de acompanhar pessoalmente este ato eleitoral, pelo que não se podem sentir, de modo nenhum, diminuídos ou limitados nas suas ações de

campanha, nomeadamente de rua, pelo medo provocado pela pandemia”.

“Como é que se consegue fazer uma campanha sem poder contactar com as pessoas?”, interroga o líder do PSD, sabendo que as eleições locais, segundo a iniciativa legislativa social-democrata, envolvem a mobilização de “dezenas de milhares de candidatos aos três órgãos autárquicos sujeitos a eleição, a Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, que terão de se movimentar em ações de campanha junto da população local e que não o poderão fazer livremente num contexto de medo e de receio”.

“Assim, o que propomos, através da presente iniciativa legislativa, é que excepcionalmente e a título temporário, por força da pandemia que vivemos, as eleições gerais para os órgãos das autarquias locais sejam adiadas, em 2021, por 60 dias, realizando-se entre os dias 22 de novembro e 14 de dezembro, o que permitirá o Governo marcá-las por decreto num de três domingos possíveis: 28 de novembro, 5 ou 12 de dezembro de 2021”, define o projeto de lei do PSD.

# PSD LANÇA INSCRIÇÃO NO PARTIDO COM A CHAVE DIGITAL DO CARTÃO DE CIDADÃO

PSD lançou, dia 15, a inscrição no PSD ou no CEN com a chave digital do cartão de cidadão ou leitor de cartão de cidadão. É o primeiro partido político português a introduzir esta inovação.

Esta possibilidade surge na sequência da inovação tecnológica que o partido vem fazendo desde 2018 e concretiza-se agora depois de o PSD ter assinado um protocolo com a Agência de Modernização Administrativa (AMA).

O candidato ao PSD ou ao CEN acede ao endereço <https://adesoes.psd.pt> e valida a sua chave digital do cartão de cidadão.

Ao fazê-lo, autoriza que o Partido recolha os dados pessoais do candidato constantes no cartão de cidadão, ao invés de ter de preencher um formulário e juntar vários comprovativos (exemplo: comprovativo de morada, que antes também tinha de ser enviado).

Este processo dispensa qualquer assinatura ou outro documento obrigatório já que a validação com a chave digital identifica o candidato e os seus dados pessoais (nome, n.º do CC, morada, contactos, data de nascimento, por exemplo).

O proponente do candidato é também notificado para os seus contactos registados junto do PSD e não precisa de assinar nenhum documento, bastando validar a sua aceitação no link que lhe é enviado por sms e por e-mail.

Uma vez concluída a inscrição o processo é remetido às estruturas do Partido por "workflow", sistema recentemente também disponibilizado.

Este processo de modernização facilita a inscrição, reforça a segurança dos dados que são recolhidos, agiliza o tempo de aprovação pelas estruturas e regista todo o processo para memória futura.

A dispensa do papel contribui também para a sustentabilidade ambiental, objetivo para o qual se quis também contribuir.



## COVID-19

27 janeiro - Rui Rio

“Proponho que, diariamente, o Governo passe a indicar o número de portugueses vacinados no boletim da pandemia”

15 fevereiro

**Quando teremos acesso a esta informação?  
Exige-se mais transparência  
na gestão da pandemia**

# PSD ESTÁ PREOCUPADO COM O IMPACTO DOS ACORDOS DE PESCAS EUROPEUS

O PSD está preocupado com o impacto que terá para Portugal dos diversos acordos de pescas negociados recentemente pela União Europeia (UE).

Numa pergunta ao ministro do Mar, os deputados do PSD começam por referir que “a Comissão Europeia divulgou um documento de trabalho interno onde apresentou o valor das compensações ao sector das pescas pelo impacto do Brexit (600 milhões de euros, a preços de 2018)”.

Embora as embarcações nacionais não naveguem nas águas do Reino Unido, o PSD “teme por outros acordos de pescas paralelos, uma vez que as possibilidades de pesca em águas britânicas podiam ser utilizadas como ‘moeda de troca’ em outras águas para espécies interessantes para Portugal, como é o bacalhau”.

Os deputados social-democratas citam ainda um comunicado do Ministério do Mar, segundo o qual o valor de três euros de compensação a Portugal não consta nos documentos atuais de trabalho da Comissão Europeia, e que “tendo em conta que Portugal não tem qualquer licença para operar na ZEE do Reino Unido, não tem direito a qualquer apoio extraordinário neste âmbito, que se destina exclusivamente a compensar as perdas de acesso às águas do Reino Unido”.



## O PSD pergunta:

1. *Quais as consequências para a frota nacional do acordo entre a UE e o Reino Unido sobre as possibilidades de pesca nas águas britânicas, mesmo considerando que Portugal não pesca nas águas do Reino Unido?*
2. *Qual o ponto de situação do acordo de pesca com a Noruega para o ano de 2021? É ou não verdade que a Noruega abandonou as negociações com a EU?*
3. *Qual o ponto de situação do acordo de pesca de bacalhau em Svalbard, que por não ter sido considerado um stock tripartido, não foi incluído nas negociações entre a União Europeia (UE), a Noruega e o Reino Unido?*
4. *Quais os cenários previstos para a frota nacional em 2021 no âmbito das várias negociações em curso? Quais as principais diligências do Ministério do Mar no âmbito da Comissão Europeia?*

# PSD APRESENTA VOTO DE CONDENAÇÃO AO ANTISSEMITISMO NAS REDES SOCIAIS



O grupo parlamentar do PSD entregou, esta quarta-feira, na Assembleia da República, um voto de condenação e de repúdio em relação ao discurso de ódio e de antissemitismo propagado através das redes sociais.

Para os deputados do PSD, o recurso às redes sociais para difundir discursos de ódio ou de antissemitismo constituem “um ataque à tolerância, inclusão, diversidade e à própria essência” das normas e princípios de direitos humanos; e pretende-se “reafirmar o compromisso de defesa da igualdade e da dignidade humana”.

“Em Portugal, verifica-se a propagação de discursos antissemitismo, com insinuações graves contra o povo judeu. Igualmente grave é a concordância de várias pessoas que sinalizam, partilham e contribuem para essa difusão. De resto, ser defensor de abril é honrar os seus valores”, defende o texto social-democrata.

“Como tem sido repetido em diversos fóruns internacionais ‘quando o inaceitável começa a ser aceite, transforma-se na ‘norma’ e há uma verdadeira ameaça aos Direitos Humanos’. E, em sentido lato, o ódio vem prejudicar a coesão social, corroer valores partilhados e inclusive lançar as bases para a violência, fazendo retroceder a causa da paz, estabilidade, desenvolvimento sustentável e dignidade humana”, denuncia o PSD.

**COVID-19**

# PSD QUER SABER QUANDO SERÃO VACINADOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE INFETADOS

Os deputados do PSD questionam o Governo sobre a fase em que vão ser vacinados os profissionais de saúde que foram “comprovadamente infetados no passado pelo SARS-CoV-2, à semelhança dos restantes elementos de grupos prioritários como os residentes em lares que, na mesma circunstância, já receberam a primeira inoculação”.

Numa pergunta à ministra da Saúde, o grupo parlamentar do PSD recorda que “os profissionais de saúde foram escolhidos como os primeiros recetores da vacina, pela sua óbvia exposição ao vírus”. “Resultou essa decisão, que aplaudimos, da consciência e do respeito pelo papel fundamental que desempenham neste combate à pandemia. Um respeito que não pode ser, agora, descurado ou esquecido”, afirmam os deputados.

O PSD defende clareza no plano de vacinação: “Em virtude de não existir um plano formal atualizado com os critérios objetivos de vacinação e as respetivas fases, calendários e grupos-alvo, acessível a todos os portugueses, bem como um conjunto de respostas a perguntas frequentes que têm alimentado muitas questões que nos têm sido dirigidas, e às quais, infelizmente, também não conseguimos dar resposta, vem o grupo parlamentar do PSD solicitar que, de ora em diante, todo o processo seja munido da maior transparência e clareza. Acreditamos que qualquer opacidade neste processo não favorece a confiança necessária para aderir à vacinação e atingir, tão depressa quanto possível, a tão desejada imunidade de grupo, nem tampouco contribui para maior celeridade ou eficácia no processo”.



**O PSD pergunta:**

- *Quando poderão ser vacinados os profissionais de saúde que foram comprovadamente infetados no passado pelo SARS-CoV-2, à semelhança dos restantes elementos de grupos prioritários como os residentes em lares que, na mesma circunstância, já receberam a primeira inoculação? Quanto tempo após testarem positivo poderão ser vacinados?*
- *No caso dos profissionais de saúde que testaram positivo após a primeira inoculação, quanto tempo terão de esperar até poderem receber a 2ª dose da vacina?*

## REFLORESTAÇÃO DO PINHAL DE LEIRIA

# PSD CRITICA “ATRASOS CONSECUTIVOS” E QUEREM CONHECER CALENDARIZAÇÃO



Os cinco deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria lamentam os “atrasos consecutivos” da reflorestação do Pinhal de Leiria.

Numa pergunta ao ministro do Ambiente e Ação Climática, esta quarta-feira, Margarida Balseiro Lopes, Hugo Oliveira, Pedro Roque, Olga Silvestre e João Marques pretendem saber quais as ações que estão previstas para o atual e os trimestres seguintes de 2021.

“A recuperação do património natural do Pinhal do Leiria, prometida após os incêndios de 2017 que consumiram cerca de 9.500 hectares da Mata Nacional de Leiria, tem revelado atrasos consecutivos e tem exposto as dificuldades do Governo em gerir um espaço florestal com desafios diversos ao nível da escassez de recursos, da falta de calendarização das ações e dos crescentes problemas fitossanitários das espécies florestais”, referem os deputados.

Os deputados recordam que a “Assembleia da República, após várias recomendações aprovadas e ignoradas pelo Executivo, inscreveu em lei no Orçamento do Estado para 2021 a autorização de uma despesa pública de 5 milhões de euros para implementar medidas de recuperação e rearborização da Mata Nacional de Leiria e de outras matas de gestão pública”.

Além disso, o Orçamento do Estado para 2021 “determinou ainda a criação de um portal eletrónico de acesso geral para divulgação da informação sobre o prosseguimento das ações de recuperação da Mata Nacional de Leiria, na sequência da falta de execução de recomendações no mesmo sentido”.

**O PSD pergunta:**

1. *Qual a calendarização das ações a implementar na Mata Nacional de Leiria, no primeiro trimestre de 2021?*
2. *Quais as ações que estão previstas para os trimestres seguintes de 2021?*
3. *Quando será público o portal eletrónico de acesso geral para divulgação da informação sobre o prosseguimento das ações de recuperação da Mata Nacional de Leiria?*

# NÚMERO DE JUÍZES SOCIAIS NOS TRIBUNAIS DE FAMÍLIA E MENORES É “INSUFICIENTE”

O grupo parlamentar do PSD, através de uma pergunta à ministra da Justiça, vem alertar para a falta de juizes sociais nos Tribunais de Família e Menores. Desconhece-se em concreto quantos juizes sociais existem em cada um e na totalidade dos Tribunais de Família e Menores do país.

“Na verdade, o mapa a que se refere o artigo 32.º do DL n.º 156/78, de 30 de junho, contempla apenas um total de 270 juizes sociais para os Tribunais de Família e Menores, número manifestamente insuficiente para a realidade atual, mas também um número totalmente desconforme com o referido (1130 juizes) pela senhora ministra. Ficamos, assim, sem perceber a que se refere concretamente tal número de juizes sociais”, refere o PSD.

Na pergunta à ministra Francisca Van Dunem, os deputados social-democratas recordam que a ministra, durante uma audição em 9 de fevereiro, denotara “um total desconhecimento do método de recrutamento dos juizes sociais, pois estes não são admitidos pelo Ministério da Justiça, mas sim nomeados, por períodos de dois anos, por despacho da ministra após um procedimento administrativo que corre termos nas câmaras municipais dos municípios da sede de cada tribunal, com intervenção das respetivas assembleias municipais”.

Por essa razão, os deputados do PSD interrogam o Governo sobre quando pretende rever o regime de Recrutamento e Funções dos Juizes Sociais. “O regime de recrutamento dos juizes sociais encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, o qual, dada a sua antiguidade, carece de ser revisto e adaptado à realidade”, sublinham.

A Constituição consagra que a “lei poderá estabelecer a intervenção de juizes sociais no julgamento de questões de trabalho, de infrações contra a saúde pública, de pequenos delitos, de execução de penas ou outras em que se justifique uma especial ponderação dos valores ofendidos”. Além disso, “a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário), prevê no seu artigo 85.º, n.º 4 que “Nos casos previstos na lei, podem fazer parte dos tribunais e dos juizes sociais, designados de entre pessoas de reconhecida idoneidade”.



## O PSD pergunta:

1. *Quantos juizes sociais existem em todos e em cada um dos Tribunais de Família e Menores do país?*
2. *Qual o acompanhamento que o Ministério da Justiça tem feito acerca da suficiência ou insuficiência do número de juizes sociais em cada Tribunal?*
3. *Quantas decisões anuais têm sido proferidas nos diversos tribunais com a intervenção de juizes sociais, nos últimos 5 anos?*
4. *Quando prevê o Governo rever o Regime de Recrutamento e Funções dos Juizes Sociais?*

# “FALHAS GRAVES NO ‘LAY OFF’”, PSD QUER OUVIR O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS



O PSD solicitou a audição parlamentar urgente do presidente do Tribunal de Contas (TdC), depois de este órgão de fiscalização ter apontado “falhas graves” na implementação do “lay off”.

“Na verdade, o Tribunal de Contas diz que o controlo relativo a este apoio ficou entregue à Autoridade para as Condições de Trabalho, sem mais mecanismos internos contra erros ou fraudes”, referem os deputados sociais-democratas.

Em requerimento, o PSD salienta que o relatório do TdC aponta que “apenas 4% dos postos de trabalho abrangidos, até final de junho, tinham sido sujeitos a fiscalização”. É ainda referido que a ministra do Trabalho “no desenho de futuros apoios à manutenção de postos de trabalho deve ponderar a definição de objetivos e critérios de adesão mais orientados e específicos, assegurando a prevenção do risco de exclusão dos que mais precisam”.

O PSD refere ainda outra passagem do relatório, segundo a qual “a falta de informação e a sua não publicação periódica até ao final de 2020 prejudicou a transparência sobre a utilização dos recursos públicos disponibilizados”.

Para o PSD, “a legalidade, justiça e equidade na atribuição destes apoios tem de ser acautelada de forma séria, rigorosa e transparente”.

Os deputados sociais-democratas consideram que a enorme relevância do “lay-off” simplificado, agora renovado na nova fase de confinamento sanitário, e os “avultados meios públicos investidos neste mecanismo”, justificam a audição parlamentar do presidente do TdC.

Esta audição, entendem dos deputados, deve ser realizada com urgência na Comissão de Trabalho e Segurança Social, e deve incidir “quer sobre o relatório intercalar de acompanhamento da medida ‘lay-off’ simplificado, quer sobre as medidas que entenda adequadas para minimizar os riscos de má utilização de recursos públicos na implementação deste apoio”.

# SARA MADRUGA DA COSTA SAÚDA “UNIÃO DE ESFORÇOS” PARA SALVAR O CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA MADEIRA

Sara Madruga da Costa, deputada do PSD, apresentou, na quinta-feira, no Parlamento, a terceira iniciativa legislativa social-democrata para defender o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), “um instrumento extraordinariamente importante para a Madeira e para o país”.

“Hoje demos um passo significativo no sentido de criarmos, em conjunto, as condições necessárias para obter um acordo comum, na especialidade, um entendimento e uma proposta que vá ao encontro dos nossos interesses e é com enorme satisfação que vemos que a nossa persistência surtiu efeito, em prol dos interesses da Madeira e dos Madeirenses”, afirmou a deputada.

Sara Madruga da Costa enalteceu o acordo alcançado entre o PSD e o PS para que esta proposta seja apreciada na Comissão de Orçamento e Finanças. “Continuamos a acreditar que será possível encontrar uma solução e fazer aprovar uma proposta que assegure a manutenção do Centro Internacional de Negócios da Madeira e estamos convictos de que o bom senso irá imperar, mais uma vez, para que possamos fazer justiça ao CINM”, referiu.

Para a deputada do PSD, a principal preocupação é proteger “os trabalhadores e as suas empresas, para continuar e reforçar no futuro” do CINM. “O que nos move é a defesa da Madeira, a defesa dos trabalhadores e da receita fiscal da Região, vital para a nossa sustentabilidade financeira, económica e social”, sublinhou.

A deputada eleita pela Madeira reitera que o Centro Internacional de Negócios da Madeira é vital “como veículo de internacionalização da economia, de uma Região ultraperiférica como a Madeira e do seu efeito multiplicador no turismo e em outras áreas conexas”.

O PSD e os deputados eleitos pela Madeira estão assim disponíveis convencer a Comissão Europeia sobre a necessidade de manter o CINM, à luz do direito nacional e comunitário.



# SITUAÇÃO FINANCEIRA DA LUSA, PSD QUER OUVIR ADMINISTRAÇÃO E SECRETÁRIO DE ESTADO DO AUDIOVISUAL



O PSD solicitou a “audição urgente” no Parlamento do conselho de administração da Agência Lusa e do secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media. Os deputados do PSD querem inteirar-se ao pormenor sobre a situação financeira da agência de notícias portuguesa.

“Nos últimos tempos têm sido várias as preocupações manifestadas pela administração da Agência Lusa relativamente a dificuldades sentidas pondo em causa o normal funcionamento da empresa”, referem os deputados social-democratas no requerimento dirigido à Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação.

Para o PSD, “esta situação fica agora agravada com as declarações prestadas por Joaquim Carreira, diretor de áreas de suporte da Agência Lusa, no passado dia 21 de janeiro”, que garantia que “a empresa ‘só tem tesouraria para um mês e meio’, sendo muito preocupante a situação financeira em que se encontra a agência noticiosa”.

“Recorde-se que a Agência Lusa, única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, presta ao Estado português, sócio maioritário da empresa, um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos e o seu funcionamento rege-se pelo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado Português”, salienta o PSD.

O PSD pretende ouvir ainda o secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, “enquanto titular dos interesses do acionista maioritário e também contraparte do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, relativamente às obrigações e responsabilidades que cabem ao Estado assumir de modo a que a Lusa possa cumprir as suas funções”.

COVID-19

# PSD/GUARDA DEFENDE PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO DIRETO À ECONOMIA LOCAL



O presidente da Comissão Política da Secção da Guarda do PSD defende a aplicação de um programa de apoio direto à economia local e à manutenção de postos de trabalho, em complemento às medidas do Governo.

Em conferência de imprensa por meios online, Sérgio Costa disse que o município da Guarda “deve olhar para os bons exemplos” e “legislar já, no sentido de promover a injeção de um valor nunca inferior a três milhões de euros”, para ajudar diretamente as empresas e os empresários em nome individual, e permitir a manutenção dos postos de trabalho.

Para mitigar os efeitos económicos da crise causada pela pandemia, o social-democrata, que também é vereador sem pelouros no executivo municipal liderado por Carlos Chaves Monteiro (PSD), propõe “medidas de apoio direto à economia e às empresas locais, com injeção direta de capital”, como acontece em outros concelhos.

O dirigente considera “primordial” a aprovação de um plano, “definindo como destinatários empresas e empresários em nome individual, que tenham sofrido uma redução do volume de faturação decorrente da situação pandémica que atualmente se verifica” e que respeitem condições a definir.

O programa proposto, acrescentou, consubstancia-se “num apoio financeiro não reembolsável, correspondente a um montante a definir, a atribuir por cada trabalhador que conste na declaração de remuneração mensal da empresa referente ao mês de dezembro de 2020 e consagrando também, independentemente do número de postos de trabalho, um valor máximo de apoio a atribuir a cada empresa”.

Para o presidente da concelhia da Guarda do PSD, “é fundamental tomar com a máxima urgência todas as iniciativas para ajudar os guardenses”, por isso, a proposta será enviada ao executivo municipal.

Sérgio Costa também defende medidas como a isenção da taxa da derrama para todas as empresas com domicílio fiscal no concelho, o transporte de refeições dos restaurantes pelas empresas de táxi locais, a criação da iniciativa “Guarda Comércio” (com distribuição de senhas para quem compra no comércio e restauração locais) e a promoção de vendas ‘online’.

O social-democrata lembra que, por todo o país, os municípios e as freguesias “estão a demonstrar ser um dos principais pilares na resposta às populações durante a pandemia, substituindo muitas vezes o Governo de António Costa que teima em chegar atrasado, querendo apenas correr contra o prejuízo”.

“As medidas que o Governo tem vindo a instituir são medidas reduzidas que teimam em não chegar, chegam atrasadas e sempre a quererem lutar contra o prejuízo e é fundamental que as Câmaras Municipais sigam os bons exemplos, possam legislar no sentido de apoiar os seus cidadãos”, afirmou.

# GOVERNO “ESQUECE ALUNOS” DO CONCELHO DE VISEU

O líder da concelhia do PSD/Viseu acusa o Governo de “esquecer os alunos” viseenses ao “não preparar” este período de ensino à distância, atitude que considera “muito grave” por parte do Estado Central.

“A forma como o Estado Central ‘não’ preparou mais este período de ensino à distância é muito grave e ganha uma dimensão ainda mais aguda em territórios do interior. O Governo do Partido Socialista esqueceu os alunos de Viseu”, afirma João Paulo Gouveia.

Num comunicado de imprensa, o presidente da Secção do PSD/Viseu, refere que, depois de 11 meses de pandemia, “o Estado Central e o Ministério da Educação não foram capazes de preparar o país para aquilo que sempre foi apontado como uma possibilidade: um novo confinamento”.

“As críticas são muitas e de vários quadrantes: associações de pais, agrupamentos escolares e autarcas. Uma das questões mais prementes prende-se com a disponibilidade de equipamentos informáticos, essenciais para que os alunos possam participar ativamente do processo educativo à distância”, sublinha o líder da Secção.

João Paulo Gouveia cita a Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE) para dizer que “há, pelo menos, 300 mil estudantes em todo o país que não têm um computador próprio para poder acompanhar as próximas



semanas de aulas à distância”. “Em Viseu sabemos que os agrupamentos escolares estão a trabalhar na identificação de necessidades a este nível, mas a falta de equipamentos, especialmente nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário, poderá afetar mais de cinco centenas de crianças viseenses”, alerta João Paulo Gouveia.

Neste sentido, o também vereador das Finanças, Mobilidade, Transportes e Comunicações, Freguesias e Desenvolvimento Rural, Equipamento Rural e Urbano, Energia, Obras Municipais e Inovação da Câmara de Viseu destaca o “esforço do município que, antecipadamente adquiriu 500 ‘tablets’”.

“Minimizaram o problema, colmatando as falhas no 1.º ciclo, que é da sua responsabilidade, e ainda respondendo a algumas necessidades dos restantes níveis de ensino. A verdade é que não existem computadores suficientes, porque o Governo não cumpriu o compromisso assumido no ano passado”, continua.

Além da falta de meios informáticos para os alunos, o presidente do PSD de Viseu destaca que “há ainda territórios do concelho onde não existe fibra ótica e, consequentemente, acesso à Internet”.

Neste sentido, o presidente diz que “a estrutura da concelhia lamenta que o Governo se continue a esquecer do interior do país e a governar Portugal a várias velocidades” e considera que “os viseenses foram, mais uma vez, enganados quando o Governo afirmou que tudo estaria preparado para o ensino a distância”.

semanas de aulas à distância”. “Em Viseu sabemos que os agrupamentos escolares estão a trabalhar na identificação de necessidades a este nível, mas a falta de equipamentos, especialmente nos 2.º e 3.º ciclos e no secundário, poderá afetar mais de cinco centenas de crianças viseenses”, alerta João Paulo Gouveia.

## CENTRO HOSPITALAR DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

# PSD PROPÕE A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CUIDADOS INTERMÉDIOS EM CHAVES



Para colmatar a insuficiente oferta de camas destinadas a doentes que careçam de cuidados mais especializados do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), os deputados do PSD defendem a criação de uma Unidade de Cuidados Intermédios (UCIM) localizada no Hospital de Chaves. “A criação desta nova Unidade no Hospital de Chaves trará benefícios quer para os doentes quer para a própria gestão e organização assistencial com ganhos nos cuidados prestados: melhor estratificação da gravidade e instituição de um tratamento mais precoce com ganhos no domínio da prevenção dos danos; evitar atrasos na admissão dos doentes; maior disponibilidade de camas para doentes em estado crítico e alívio do recurso à unidade de cuidados intensivos”, defendem os deputados.

Num projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, os deputados Cláudia Bento, Luís Leite Ramos e Artur Andrade acrescentam ainda duas vantagens: além de permitir o “downstaging” de doentes dos Cuidados Intensivos para uma Unidade de Cuidados Intermédios mais perto da sua área geográfica, permite também a retenção de profissionais de saúde altamente qualificados.

“Importa lembrar que o Hospital de Chaves, pertencente ao CHTMAD, se encontra integrado na Rede de Urgências como Médico-Cirúrgica e tem como área de abrangência os concelhos de Chaves, Montalegre, Boticas, Valpaços e algumas localidades do concelho de Vila Pouca de Aguiar e de Ribeira de Pena, num total de 94.143 habi-

tantes. E é de ter presente que, de acordo com a Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Intensiva, ‘Deverá existir um Serviço de Medicina Intensiva em todos os hospitais com Serviço de Urgência Polivalente ou Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (...)’. Ora, a Unidade de Cuidados Intermédios (UCIM) mais próxima de Chaves encontra-se em Vila Real, distando mais 70 quilómetros da cidade de Chaves e inclusivamente de mais de 100 quilómetros relativamente a outras localidades servidas por essa Unidade”, argumentam os deputados.

Os três deputados eleitos por Vila Real salientam que “a área de influência do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD) abrange cerca de meio milhão de habitantes, mas dispõe apenas de 12 camas de cuidados intensivos e de 12 camas de cuidados intermédios, e somente na sua Unidade de Vila Real, um número inferior até ao da realidade nacional”.

A pandemia de covid-19 levou a um reforço de camas de nível 3 no CHTMAD – Unidade de Vila Real, que passou de 8 para 20 camas. No entanto, o número de camas nível II (cuidados intermédios) no Centro Hospitalar é insuficiente. Como tal, propõe o PSD, “a capacitação desta valência deve ser promovida na Unidade de Chaves do CHTMAD”.

### O PSD recomenda ao Governo que:

1. *Avalie a possibilidade de criação UCIM na Unidade de Chaves.*
2. *Garanta os cuidados adequados, a todos os doentes críticos que deem entrada nesta Unidade que não tem critérios de admissão na UCI.*
3. *Faça cumprir as recomendações da Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência a qual recomenda “deverá existir um Serviço de Medicina Intensiva em todos os hospitais com Serviço de Urgência Polivalente ou Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica”.*

De acordo com as orientações europeias deverão existir 11.5 camas de medicina intensiva por 100 000 habitantes. Esta unidade tem uma abrangência de 94 000 habitantes e não dispõe de camas de medicina intensiva (nível II e nível III). A acessibilidade bem como as condições meteorológicas adversas existentes neste território tornam moroso o seu acesso e como tal deve ser levado em consideração.

# COLIGAÇÃO PROPÕE AUDITORIA À COMPANHIA AÉREA SATA

O PSD, CDS/PP e PPM entregaram, dia 15, no Parlamento dos Açores uma iniciativa legislativa em que propõem uma auditoria do Tribunal de Contas à situação da SATA entre 2012 e 2020, bem como a divulgação de documentos ocultados pelo anterior Governo sobre a companhia aérea.

“A grave situação a que a SATA foi conduzida nas duas anteriores legislaturas obriga a que não se repitam os erros cometidos. Só é possível salvar a SATA e construir o futuro da companhia aérea dos Açores conhecendo, com exatidão, o que se fez de errado no passado”, afirmou Pedro do Nascimento Cabral, líder parlamentar do PSD/Açores.

Segundo o parlamentar social-democrata, o trabalho de identificação das causas dos “graves problemas” da SATA deve ser executado por uma “entidade externa, credível e que seja independente do poder político, através de uma auditoria rigorosa à situação do Grupo no período entre 2012 e 2020”.

“O Tribunal de Contas que, no âmbito das suas competências, possui jurisdição e poderes de controlo financeiro sobre as empresas de capitais públicos, reúne todas as condições para a tarefa em causa”, sublinhou.

Pedro do Nascimento Cabral referiu que a realização de uma auditoria à situação financeira e operacional do Grupo SATA “justifica-se, igualmente, pela necessidade de transparência perante os cidadãos”.

“A situação a que a SATA foi conduzida não resultou apenas das ingerências políticas dos anteriores governos, erros de gestão e negócios duvidosos, mas também da falta de transparência, o que impediu o escrutínio dos cidadãos às opções tomadas entre 2012 e 2020”, frisou.

Para o líder da bancada social-democrata, “cabe igualmente à Assembleia Legislativa dos Açores, num novo quadro parlamentar em que nenhuma força política impõe a sua vontade às restantes, implementar uma cultura de plena transparência, pondo fim à prática de ocultar informação sobre a SATA que caracterizou anteriores legislaturas”.

“Se uma auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA é fundamental para possibilitar o escrutínio dos cidadãos à situação da companhia aérea, a divulgação, pelo Parlamento, de informação escondida dos açorianos sobre a empresa é igualmente essencial em termos de transparência”, disse.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores recordou que a forma como o anterior Governo Regional “ocultou dos açorianos informação – que devia ser pública – sobre o processo de privatização de 49% do capital social da SATA Internacional - Azores Airlines constitui a maior fraude política da história da Autonomia”.

“Recorde-se que, em 2018, o anterior Governo Regional passou quatro meses a fingir que tinha uma proposta concreta para a privatização da SATA Internacional - Azores Airlines, tendo na sua posse documentos que mostravam o contrário”, lembrou.

Pedro do Nascimento Cabral acrescentou que o anterior Governo Regional “ainda tentou prolongar esta fraude política, ao impor, sem cobertura legal, que parte dos documentos sobre o processo de privatização fossem considerados secretos”, tendo-o feito com a “conivência” da maioria absoluta socialista e da Presidência do Parlamento na altura.



Os partidos da coligação governamental entendem, por isso, que “é obrigação da Assembleia Legislativa dos Açores divulgar publicamente a informação de que dispõe sobre o processo de alienação de 49% do capital social da SATA Internacional - Azores Airlines, pois os açorianos têm direito a estar na posse de toda a informação”.

O PSD, CDS-PP e PPM propuseram ainda que o Parlamento solicite, caso sejam detetados “indícios de ilícito penal ou contraordenacional” na auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas ao Grupo SATA, a colaboração do Conselho de Prevenção da Corrupção na elaboração de instrumentos normativos de prevenção e repressão de ilícitos penais” na companhia aérea.

Entre 2012 e 2019, o Grupo SATA somou mais de 260 milhões de euros de prejuízos, tendo a sua dívida triplicado nesse período, tendo o passivo aumentado de 155 milhões para 464 milhões de euros.

## SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE DÁ “EXEMPLO DE TRANSPARÊNCIA”

Ana Quental, deputada do PSD/Açores, assegura que o Secretário Regional da Saúde voltou a dar um “exemplo de transparência”, ao ter tomado a iniciativa de solicitar ser ouvido no parlamento regional sobre o processo de vacinação contra a covid-19.

“O grupo parlamentar do PSD/Açores saúda a decisão do senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto de, por sua iniciativa, ter pedido para ser ouvido na Comissão de Assuntos Sociais, de forma a prestar os esclarecimentos que os deputados entendam necessários sobre o processo de vacinação na Região”, afirmou a deputada social-democrata.

Segundo a parlamentar, “Clélio Meneses tem sido um exemplo de transparência, pois tem sido seu apanágio, como do novo Governo Regional no seu todo, disponibilizar-se para o esclarecimento cabal e atempado de todas as questões, quer em relação aos partidos com assento parlamentar, quer relativamente à população em geral”.

“Por mais ruído e suspeições infundadas que surjam da parte do Partido Socialista, o Secretário Regional da Saúde e Desporto não deixará de esclarecer o que há para esclarecer. O exemplo de transparência que o novo Governo tem dado sobrepõem-se ao alarmismo que os mesmo de sempre querem criar”, disse.

De acordo com Ana Quental, “a transparência tem sido uma constante, não só por parte do Secretário Regional da Saúde e Desporto, mas também pelo Diretor Regional da Saúde e pela Comissão Especial de Acompanhamento da Luta Contra a Pandemia por covid-19”.

“Por tudo isso, é de louvar a disponibilidade do Secretário Regional para, mais uma vez e de forma célere, vir prestar esclarecimentos. Em dois meses já foi mais vezes ao Parlamento que a sua antecessora durante o período da pandemia. O mesmo se pode dizer em relação ao atual Diretor Regional da Saúde em comparação com o seu antecessor”, concluiu.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**LEIRIA**

De acordo com os Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se ordinariamente a Assembleia Distrital de Leiria a reunir no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 17H00, por via telemática, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Eleições autárquicas;
4. Outros assuntos.

Nota: Devido à atual situação epidemiológica de elevado risco, a Assembleia Distrital realizar-se-á por via telemática (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado atempadamente por e-mail a todos os membros da Assembleia Distrital. Caso não receba o link ou tenha alguma dúvida poderá entrar em contacto através do email psddistritalleiria@gmail.com ou do 916090878 (Presidente de Mesa).

**SECÇÕES**

**ÁGUEDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00. Atendendo à situação epidemiológica de elevado risco e às restrições decorrentes do Estado de Emergência Nacional, o Plenário irá ser realizado através da plataforma Google Meet, sendo que o respetivo Link de acesso será enviado por correio eletrónico, até duas horas do início da reunião, a todos os militantes da Secção de Águeda que efetuem a sua inscrição previamente, devidamente identificados (indicar o número de militante e cartão de cidadão ou bilhete de identidade), através do email info@psdaguada.com esta Assembleia será emitida a partir da Sede do PSD Águeda, sita na Rua Francisco Oliveira, nº 9, que estará aberta para quem não tiver os devidos meios tecnológicos, dentro da limitação do espaço que será devidamente adaptado para cumprir com as regras da Direção Geral de Saúde (distanciamento e utilização de máscara), com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Autárquicas 2021-Apreciação e definição do perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Águeda a partir da proposta da Comissão Política de Secção;
3. Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alvaiázere, para reunir no próximo dia 27 de março de 2021 pelas 11H00 na Sede do PSD Alvaiázere, sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, 1 – R/c, Alvaiázere, e por via telemática, devido à atual situação epidemiológica, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Informações;
2. Relatório e contas de 2020 e orçamento para 2021;
2. Dar parecer sobre candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) do art.º 53.º dos Estatutos do PSD;

3. Análise da situação política local, distrital e nacional;
4. Outros assuntos.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, os militantes podem participar através das seguintes opções:

Por via telemática (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado por e-mail a todos os militantes que assim o desejam, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do email PSD.alvaiazere@gmail.com ou do 913168555 (Presidente da Mesa) até ao dia 25/02/2021 por questões logísticas.

Os militantes que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente, de comunicar tal vontade, para o endereço de correio eletrónico PSD.alvaiazere@gmail.com ou do 913168555 (Presidente da Mesa) até ao dia 25/02/2021 por questões logísticas.

Não será autorizada a entrada na sala, a quem não tenha procedido à comunicação.

A Assembleia neste formato decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

**BATALHA**

De acordo com o artigo 54º dos Estatutos do PSD, convoca-se os Militantes da Secção da Batalha, para reunião Ordinária da Assembleia de Secção, no sábado, dia 27 de fevereiro de 2021, pelas 11H00, num modelo misto (presencial e online), de acordo com a deliberação I Janeiro|2021 do Conselho de Jurisdição Nacional, quem estiver presencialmente, a reunião será no Auditório Principal do Centro de Exposições da Batalha, sito na Rua dos Emigrantes-IC2, KM 110, Amieira, Batalha, para quem irá assistir online será enviado link de acesso, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Aprovação das Contas de 2020, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
2. Aprovação do Orçamento para 2021, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea f) dos Estatutos.

**CELORICO DE BASTOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico de Bastos, para reunir no próximo dia 27 de março (sábado) 2021, pelas 15H00 no Cine Teatro dos Bombeiros Celoricenses, sita na Avenida João Pinto Ribeiro-Celorico de Basto ou videoconferência com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Discussão e votação do candidato à Câmara Municipal de Celorico de Basto;
3. Outros assuntos.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes. A assembleia decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

Os militantes que pretendam participar na Assembleia por videoconferência terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade, até às 24H00 do dia 19 de março, para o endereço de correio eletrónico assembleiapsd20marco@gmail.com. O link de acesso à sessão será enviado, por email, aos militantes que o requererem.

**CONDEIXA-A-NOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova para reunir ordinariamente no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 21H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise e deliberação relativa às contas da secção (ano de 2020);
3. Autárquicas 2021, dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão

Política de Secção, nos termos do Artigo 53.º/2/f) dos Estatutos;

4. Análise da situação política.

NOTA: Atendendo à situação epidemiológica de elevado risco e às restrições decorrentes do estado de emergência nacional, a Assembleia terá lugar por meios telemáticos, através da plataforma ZOOM, sendo que o respetivo link de acesso será enviado por correio eletrónico, até duas horas antes do início da reunião, a todos os militantes da secção de Condeixa-a-Nova que efetuem a sua inscrição, previamente, através do e-mail: psdcondeixa@gmail.com Os Militantes poderão aceder a partir de um computador, tablet ou smartphone com ligação à internet, com os recursos de áudio e imagem necessários a este tipo de sessões. Para garantir a adesão atempada de todos os militantes, a reunião estará ativa a partir das 20H50 do dia 27 de fevereiro, permitindo estabelecer a ligação atempada e a necessária verificação do quórum.

Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

**COVILHÃ**

Nos termos do artº 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 21H00, em plataforma virtual no seguinte link, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Autárquicas 2021;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

<https://zoom.us/j/95430895607?pwd=MGVoOE9uSVRMU0lBa2ZxNnJZR2FCQT09>

**FAFE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 27 de fevereiro (sábado), pelas 17H30, por videoconferência, na plataforma ZOOM (as indicações de acesso à reunião estarão disponíveis atempadamente por email e nas redes sociais do PSD de Fafe) com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos do Partido Social Democrata;
3. Outros assuntos.

**GONDOMAR**

Nos termos Estatutários e orientações aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Gondomar para reunir na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, no próximo dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00.

Atendendo às restrições impostas decorrentes da situação pandémica que vivemos, nomeadamente de distanciamento social, a participação de militantes na reunião da Assembleia de Secção realizar-se-á em formato misto.

Através de videoconferência, para a qual a Mesa do Plenário fará chegar, por via de email, aos militantes do PSD de Gondomar, até ao dia 24 de fevereiro, o código de ligação à videoconferência.

Presencialmente, na Sede do PSD Gondomar, sita à Rampa Combatentes da Grande Guerra, nº 31, em Gondomar. Para o efeito, os militantes que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente, de comunicar tal vontade, para o endereço de correio eletrónico gondomar.ppd.psd@gmail.com ou por comunicação escrita dirigida à Sede do PSD Gondomar, Rampa Combatentes da Grande Guerra, nº 31, 4420-090 Gondomar até às 24H00 do dia 22 de fevereiro de 2021, sendo o número de lugares disponíveis limitado às regras da DGS aplicáveis, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Discussão e votação do orçamento e contas anuais da Secção de Gondomar, nos termos da alínea d) do nº 2 do artº 53º dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) nº 2 do artº 53º dos estatutos Nacionais do PSD;
4. Análise da Situação Política.

Nota: Se, á hora marcada para o início da reunião da Assembleia de Secção não se verificar, no somatório das participações por videoconferência e presenças na sala, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início, 30 minutos depois, com o número de participantes existente.

**GRANDOLA**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Grandola, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro (Sábado) de 2021, pelas, 15H30 através de videoconferência (Plataforma digital Zoom) cujo de link de acesso será enviado por e-mail a todos os militantes com contacto eletrónico disponível no ficheiro da base de dados do partido e a todos os restantes que solicitem o acesso para o endereço de e-mail: grandolacps.psd@gmail.com , com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação político-partidária do concelho;
2. Debate sobre estratégia local para aumentar a implantação do partido;
3. Debate e auscultação dos militantes quanto aos temas que os preocupam em termos locais;
4. Debate sobre a estratégia política autárquica;
5. Parecer previsto no art.º 53, nº2 alínea F) dos estatutos sobre os candidatos.

**LAMEGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Lamego, para reunir no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 15H00, num modelo misto (presencial e online), no auditório da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, na Avenida das Acácias, em Lamego, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto único: Apreciação da proposta de candidatura à Câmara Municipal de Lamego, aprovada pela Comissão Política de Secção, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f), nº 2, do artigo 53º dos estatutos do Partido Social Democrata.

Nota: Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, os militantes podem participar através das seguintes opções:

1. Presencialmente com a obrigatoriedade de comunicar tal vontade para o endereço de correio eletrónico assembleiapsdlamego@gmail.com ou do 912479140 (Presidente da Mesa) até às 20:00 horas do dia 26 de fevereiro (inscrições limitadas a 35 participantes). Não será autorizada a entrada na sala, a quem não tenha procedido à comunicação.

2. Por videoconferência através da plataforma ZOOM, sendo o respetivo link enviado por correio eletrónico a todos os militantes que assim o desejem, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do endereço de correio eletrónico assembleiapsdlamego@gmail.com.

Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

A Assembleia será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara.

**LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lisboa para reunir, no dia 24 de

fevereiro (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, por videoconferência através da plataforma Zoom, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Processo de Vacinação Covid-19;
3. Análise do processo Autárquico e da situação política;
4. Outros assuntos.

**LOUSÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD da Lousã, para reunir no próximo dia 25 de fevereiro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H30, em regime de teleconferência ZOOM através do link com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre a proposta da candidatura autárquica, ao abrigo da alínea f), do número 2, do artigo 53º, dos Estatutos do PSD;
4. Outros assuntos.

Entrar na reunião Zoom

<https://zoom.us/j/92286534321?pwd=UVZsTE9kT2xnVkpIVGRxN1d1bWxtZz09>

ID da reunião: 922 8653 4321

Senha de acesso: 760362

**MEALHADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia da Secção de Mealhada para o dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 17H00, a qual excepcionalmente, por força do estado de Emergência e do confinamento decretado pelo Governo em conjunto com as medidas emanadas pela DGS, para o combate à pandemia Covid-19, irá decorrer em plataforma de videoconferência eletrónica (ZOOM), com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Parecer sobre perfil dos candidatos aos órgãos autárquicos nas eleições de 2021.

Nota: Para o devido efeito, os militantes que desejarem participar poderão fazê-lo através da plataforma eletrónica ZOOM, sendo o acesso facultado aos militantes que previamente enviarem email ou sms a solicitar o respetivo link de acesso, respetivamente para o email psd.mealhada@gmail.com ou telemóvel 913991179.

Se às 17H00, não estiverem ligados à plataforma a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

**MIRANDA DO CORVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia da Secção de Miranda do Corvo para o dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, a qual excepcionalmente, por força do estado de emergência e do confinamento decretado pelo governo, irá decorrer em plataforma de videoconferência, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política;
2. Eleições Autárquicas 2021;
3. Outros assuntos.

Nota: as instruções para a participação na reunião serão oportunamente divulgadas aos militantes.

**MONTALEGRE**

Ao abrigo do Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes da Secção do PSD de Montalegre para reunir, no próximo dia 21 de março (Domingo) de 2021, na Sede do PSD, de Montalegre, sita na Praça de França, n.º 395, Lojas 3/8, do Edifício Cabrilho, na Vila de Montalegre, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política da Secção de

Montalegre e Eleição da Mesa do Plenário

Nota: As urnas estarão abertas das 9H30 às 12H30 horas. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário até às 24 horas do terceiro dia anterior à data do ato eleitoral.

Apesar de todas as restrições provocadas pela pandemia, faz-se um apelo à participação de todos os militantes no escrutínio com o escrupuloso cumprimento das medidas impostas pela DGS e legislação aplicável, procurando evitar-se ajuntamentos desnecessários e não permitidos por lei.

**OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00 em regime misto (online e presencial), na Sede, sita Rua António Canastinha, nº 1-B, Oliveira do Hospital em regime de teleconferência ZOOM através do link, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre a proposta da candidatura autárquica, ao abrigo da alínea f), do número 2, do artigo 53º, dos Estatutos do PSD;
4. Outros assuntos.

<https://zoom.us/j/98932425631?pwd=dFM5Ti80cHo5NUtNcTRMRDVCQ09mZz09>

ID da reunião: 989 3242 5631

Senha de acesso: 589577

**PEDRÓGÃO GRANDE**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD-Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção para reunião, a realizar no dia 26 de fevereiro (sexta-feira) pelas 20H30, na Sede do PSD sita no Largo da Restauração nº1, Pedrógão Grande, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Informações;
2. Análise da situação política nacional e local;
3. Dar parecer sobre o processo autárquico, nos termos do artigo 53º, nº2, alínea f);
4. Outros assuntos de interesse.

Notas: Apesar de todas as restrições provocadas pela pandemia, o PSD/Pedrógão Grande apela à participação de todos através da sua presença na sede ou on-line, com acesso ("link") a enviar com convocatória por correio postal ou eletrónico.

**POMBAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 15H00, em regime misto, devido à atual situação epidemiológica, por via digital (plataforma Zoom) ou presencialmente na sede do PSD/Pombal, sita na rua Dr. Luís Torres, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações da Comissão Política de Secção;
2. Relatório e Contas de 2020;
3. Apresentação da nova estratégia distrital do PSD/Pombal e da plataforma de cidadania ativa ADN 236;
4. Autárquicas 2021;
5. Composição da Comissão de Coordenação Autárquica;
6. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, sob proposta da Comissão Política, nos termos da alínea f) do art.º 53.º dos Estatutos do PSD;
7. Outros Assuntos;

Nota: Apesar de todas as restrições provocadas pela pandemia, apelamos à participação de todos os militantes através das seguintes opções.

Preferencialmente por via digital (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado por e-mail a todos os militantes que assim o desejem, devendo para o efeito inscreverem-se através do endereço de correio eletrónico psdpombal@gmail.com ou contacto telefónico 965252924. Os militantes que não disponham de condições de acesso via telemática ou que pretendam participar presencial-

mente na reunião, terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade para o endereço de correio eletrónico psd-pombal@gmail.com ou contacto telefónico 965252924. A sessão presencial terá lugares limitados e será realizada segundo as orientações emanadas pela DGS e legislação aplicável, sendo obrigatório o uso de máscara e o cumprimento do distanciamento físico.

#### POVOA DO LANHOSO

Nos termos dos Estatutos do PSD-Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia de Secção, no dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 17H00, através de vídeo conferência na aplicação ZOOM, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e votação do Relatório de Contas do ano 2020;
2. Apresentação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2021;
3. Dar parecer sobre o processo autárquico nos termos do artigo 53º, nº 2 f) dos Estatutos do Partido Social Democrata;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos de interesse geral.

Notas: Os militantes do PSD da Póvoa de Lanhoso com registo de endereço eletrónico atualizado nos serviços da secção, receberão no seu e-mail, até duas horas antes da reunião, o endereço da ligação eletrónica para poderem participar na Assembleia de Secção.

Os militantes do PSD da Póvoa de Lanhoso com registo de endereço eletrónico não atualizado, deverão requerer a sua atualização para cps.planhoso@gmail.com ou para o contacto telefónico 963398394 até 48 horas antes da hora estabelecida para o início da Assembleia de Secção. Os militantes do PSD da Póvoa de Lanhoso que tenham alguma dificuldade em participar na reunião nos moldes definidos nesta convocatória, deverão ligar para o contacto telefónico 963398394, até 48 horas antes da hora estabelecida para o início do plenário, no sentido de se encontrarem os meios que lhes permitam participar nesta Assembleia de Secção.

#### SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de São Pedro do Sul, para uma Assembleia de Militantes a realizar no dia 26 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação das contas de 2020;
2. Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021;
3. Apreciação e votação do Perfil dos candidatos às eleições autárquicas;
4. Outros assuntos.

Nota: Devido aos condicionalismos impostos pela pandemia que todos estamos a viver, a Assembleia de Militantes decorrerá exclusivamente por videoconferência. Os militantes poderão participar na reunião acedendo à plataforma Skype, através do link: <https://join.skype.com/ik2wqmtsunmb>

#### SALVATERRA DE MAGOS

##### CANCELAMENHO/Adiamento

Tendo em conta a situação de pandemia que o país atravessa, venho por este meio solicitar o adiamento da Convocatória das Eleições para a Concelhia de Salvaterra de Magos, agendada inicialmente para o dia 20 de fevereiro de 2021. Este ato eleitoral seja remarcado assim que a situação sanitária no país esteja mais estável e controlada.

#### NÚCLEOS

##### BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Bairro para reunir no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021, pelas 15h00, na Sede do Núcleo do PSD de Bairro, sita na Av. Padre Manuel Joaquim Salazar, nº 90, Freguesia de Bairro, Concelho de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Bairro.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 17H00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do PSD da Secção de Famalicão até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

#### BAGUIM DO MONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, aplicáveis, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Baguim do Monte, para reunir no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 em Gondomar, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Baguim do Monte.

Notas: O processo de candidatura deve ser entregue à Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Gondomar, ou a quem legalmente a substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na respetiva Sede Concelhia.

O ato eleitoral decorrerá entre as 15H00 e as 17H00 do dia 20 de março de 2021.

#### FOZ DO SOUSA E COVELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, aplicáveis, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Foz do Sousa e Covelo, para reunir no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 Gondomar, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Foz do Sousa e Covelo.

Notas: O processo de candidatura deve ser entregue à Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Gondomar, ou a quem legalmente a substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na respetiva Sede Concelhia.

O ato eleitoral decorrerá entre as 15H00 e as 17H00 do dia 20 de março de 2021

#### LOUSADO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Lousado para reunir no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021 pelas 14H00, na Sede da Junta de Freguesia de Lousado, sita na Estação de Caminho-de-Ferro, 10-Lousado, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Lousado.

Notas: As urnas estarão abertas 14h00 às 16h00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do PSD da Secção de Famalicão até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

#### MELRES E MEDAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, aplicáveis, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Melres e Medas, para reunir no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021, pelas 15H00 na Sede Concelhia, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 em Gondomar, com a seguinte:

##### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Melres e Medas.

O processo de candidatura deve ser entregue à Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Gondomar, ou a quem legalmente a substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na respetiva Sede Concelhia. O ato eleitoral decorrerá entre as 15H00 e as 17H00 do dia 20 de março de 2021.

## CONVOCATÓRIAS DA JSD

### RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: [jdsnacional@gmail.com](mailto:jdsnacional@gmail.com)



#### III CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD DISTRITAL DE BRAGA

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o III Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga, a realizar no dia 26 de Fevereiro de 2021 (Sexta-feira) pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Debate temático sobre o tema: "Discussão sobre a abrangência da limitação legal de mandatos prevista na lei"
- 4 – Outros assuntos.

Nota: O III Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga será realizado digitalmente através da plataforma ZOOM, sendo a concelhia de Esposende a anfitriã. Na próxima edição do Povo Livre será publicado o link de acesso.

#### CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho de Castelo Branco para reunir, no próximo dia 28 de fevereiro, pelas 10h30, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por e-mail), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação, por parte da Comissão Política Concelhia, das linhas programáticas para o mandato 2020/2022;
- 2 – Recolha de contributos para o Plano de Atividades 2021;
- 3 – Informações;
- 4 – Análise da situação política.

#### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 3 de Março de 2021, pelas 21:30h, via online com a plataforma zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política concelhia e nacional;
- 2 – Análise das eleições presidenciais;
- 3 – Discussão sobre respostas aos problemas da COVID-19 em Odivelas;
- 4 – Outros Assuntos.